

ÍNDICE GERAL

5 - LEGISLAÇÃO POR ASSUNTO - RESOL CONSUP

1 - REGIMENTOS E LEGISLAÇÃO DE ENSINO

1	RESOLUÇÃO Nº 002/2013, DE 17 DE JANEIRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação das alterações do Regimento Interno do Conselho Superior.</i>
2	RESOLUÇÃO Nº 011/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação da alteração do Regimento do CEPE.</i>
3	RESOLUÇÃO Nº 019/2012, DE 03 DE MAIO DE 2012 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Câmara de Ensino.</i>
4	PARECERES LICENCIATURA Parecer CNE/CP nº 21 Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CES nº 197 Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP nº 27 Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP nº 15 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

	<p>Parecer CNE/CES nº 228 Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 28 Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 2, de 2004 Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.</p> <p>Resolução CP/CNE nº 2, de 2002 Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 4 Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 5 Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 2005 Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 9 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Ed</p>
5	<h2>PARECERES E RESOLUÇÕES BACHARELADO</h2> <p>As normas legais do MEC prevêm a carga horária mínima para os cursos de graduação - bacharelado, sem previsão de currículos mínimos.</p> <p>Parecer CNE/CES Nº 8/2007 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização</p>

	<p>duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; aprovado em 31/01/2007.</p> <p>Resolução CNE/CES Nº 2 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.</p>
6	<p>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA</p> <p>PORTARIAS</p> <p>Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008. Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2008 e dá outras providências.</p> <p>Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.</p> <p>Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Calendário do Ciclo Avaliativo do SINAES, triênio 2007/2009.</p> <p>Portaria nº 282, de 29 de dezembro de 2006. Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p>Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.</p> <p>Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p>Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, e dá outras providências.</p> <p>Portaria nº 4.362, de 29 de dezembro de 2004. Institui banco único de avaliadores da educação superior.</p> <p>Portaria nº 107 de 22 de julho de 2004. SINAES e ENADE – disposições diversas.</p> <p>Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.</p>

	<p>Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.</p> <p>Portaria 1024 Implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia</p> <p>PARECERES</p> <p>Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.</p> <p>Parecer CNE/CES nº 261/2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.</p> <p>Parecer CNE/CP Nº 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.</p> <p>Parecer CNE/CES Nº 436/2001. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.</p> <p>Parecer CNE Nº 776/97. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 02/97. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.</p> <p>RESOLUÇÃO</p> <p>Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.</p> <p>Lei do Estágio - 11.788 Dispõe sobre o estágio de estudantes.</p> <p>Decreto 5773 Inclusão de sugestões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia</p> <p>Decreto 5154 Regulamenta os artigos 36, 39 a 41 da Lei nº 9.394 - LDB.</p>
--	--

7	<p>LEGISLAÇÃO BÁSICA TÉCNICA NÍVEL MÉDIO</p> <p>PARECERES</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008 Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.</p> <p>Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006 Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 40/2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.</p> <p>Parecer CNE/CEB nº 02/97. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.</p>
---	--

	RESOLUÇÕES
	<p>Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008 Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio</p>
	<p>Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008 Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.</p>
	<p>Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006 Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.</p>
	<p>Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005 Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.</p>
	<p>Resolução nº 2, de 4 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.</p>
	<p>Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.</p>
	<p>Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.</p>

	<p>Resolução CNE/CEB nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.</p> <p>Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.</p>
8	<p>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p> <p>Decretos Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regualmenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).</p> <p>Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.</p> <p>Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.</p> <p>Portarias Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007.</p> <p>Portaria nº 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007.</p> <p>Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007.</p> <p>Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009.</p>
9	<p>LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>Constituição Federal de 1988 - Educação Especial – pdf</p> <p>Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN</p>

	<p>Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial - txt pdf</p> <p>Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial - txt pdf</p> <p>Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências</p> <p>Lei nº 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras Providências</p> <p>Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência - txt pdf</p> <p>Lei Nº 8.859/94 - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio – pdf</p>
	<h2>DECRETOS</h2> <p>Decreto Nº 186/08 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007</p> <p>Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007</p> <p>Decreto Nº 6.094/07 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação</p> <p>Decreto Nº 6.215/07 - institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD</p> <p>Decreto Nº 6.214/07 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência</p> <p>Decreto Nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado</p> <p>Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</p> <p>Decreto nº 2.208/97 - Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional</p> <p>Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,</p>

	<p>consolida as normas de proteção, e dá outras providências</p> <p>Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência</p> <p>Decreto nº 2.264/97 - Regulamenta a Lei nº 9.424/96</p> <p>Decreto nº 3.076/99 - Cria o CONADE</p> <p>Decreto nº 3.691/00 - Regulamenta a Lei nº 8.899/96</p> <p>Decreto nº 3.952/01 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação</p> <p>Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade</p> <p>Decreto nº 3.956/01 – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência</p>
	<p>PORTRARIAS</p> <p>Portaria nº 976/06 - Critérios de acessibilidade os eventos do MEC - txt pdf</p> <p>Portaria nº 1.793/94 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências - txt pdf</p> <p>Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições - txt pdf</p> <p>Portaria nº 319/99 - Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente - txt pdf</p> <p>Portaria nº 554/00 - Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille - txt pdf</p> <p>Portaria nº 8/01 - Estágios - txt pdf</p>
	<p>RESOLUÇÕES</p> <p>Resolução nº4 CNE/CEB – pdf</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1/02 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores - txt pdf</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 2/01 - Normal 0 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - txt pdf</p>

	<p>Resolução CNE/CP nº 2/02 - Institui a duração e a carga horária de cursos - txt pdf</p> <p>Resolução nº 02/81 - Prazo de conclusão do curso de graduação - txt pdf</p> <p>Resolução nº 05/87 - Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81 - txt pdf</p> <p>AVISO</p> <p>Aviso Circular nº 277/96 - Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais - txt pdf</p> <p>DOCUMENTOS INTERNACIONAIS</p> <p>Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2007.</p> <p>Carta para o Terceiro Milênio- txt pdf</p> <p>Declaração de Salamanca- txt pdf</p> <p>Conferência Internacional do Trabalho- txt pdf</p> <p>Convenção da Guatemala- txt pdf</p> <p>Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes- txt pdf</p> <p>Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão- txt pdf</p>
--	--

2 - DOCENTES – RESOLUÇÃO CONSUP

1	RESOLUÇÃO Nº 098/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a Normativa Docente do IFSULDEMINAS.</i>
2	RESOLUÇÃO Nº 008/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” do modelo de ficha para Progressão Funcional dos Docentes e Avaliação Discente.</i>

3	RESOLUÇÃO Nº 008/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014 <i>Dispõe sobre a aprovação da regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFSULDEMINAS.</i>
4	RESOLUÇÃO Nº 001/2013, DE 17 DE JANEIRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a homologação da Portaria nº18 de 10 de janeiro de 2013 – Ministério da Educação.</i>
5	RESOLUÇÃO Nº 023/2013, DE 26 DE AGOSTO DE 2013 <i>Dispõe sobre o processo de avaliação de desempenho dos integrantes do Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.</i>
6	RESOLUÇÃO Nº 036/2012, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012 <i>Dispõe sobre a aprovação do Formulário de Avaliação de Desempenho Docente dos Câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.</i>
7	RESOLUÇÃO Nº 014/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Afastamento Docente para Cursos Stricto Sensu e Pós-Doutorado.</i>
8	RESOLUÇÃO Nº 055/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 <i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Afastamento Docente para Curso Stricto Sensu e Pós-Doutorado.</i>

9	RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 031/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011
<i>Dispõe sobre a aprovação da fixação dos critérios para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e processo Seletivo Simplificado no âmbito do IFSULDEMINAS.</i>	

3 - DISCENTES – RESOLUÇÃO CONSUP

1	RESOLUÇÃO Nº 020/2012, DE 03 DE MAIO DE 2012
<i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Corpo Discente do IFSULDEMINAS.</i>	
2	RESOLUÇÃO Nº 101/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013
<i>Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.</i>	
3	RESOLUÇÃO Nº 030/2012, DE 19 DE JULHO DE 2012
<i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS.</i>	
4	RESOLUÇÃO Nº 012/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013
<i>Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.</i>	
5	RESOLUÇÃO Nº 034/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
<i>Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS.</i>	
6	RESOLUÇÃO Nº 102/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013
<i>Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.</i>	

7	RESOLUÇÃO N° 015/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014
<i>Dispõe sobre a aprovação da alteração no Regimento Geral do IFSULDEMINAS – Coordenadoria de Ações Inclusivas (CAIn).</i>	

4 - PRONATEC - MONITOR- BIBLIOT - MOBILID - RESOL CONSUP

1	RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 028/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011
<i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna.</i>	
2	RESOLUÇÃO N° 015/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013
<i>Dispõe sobre a aprovação da alteração da Normativa de Procedimentos de Mobilidade Acadêmica no IFSULDEMINAS dos cursos de graduação.</i>	
3	RESOLUÇÃO N° 033/2012, DE 19 DE JULHO DE 2012
<i>Dispõe sobre a aprovação da regulamentação de ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do IFSULDEMINAS.</i>	
4	RESOLUÇÃO N° 016/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013
<i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Sistema de Bibliotecas - SIB, do IFSULDEMINAS.</i>	
5	RESOLUÇÃO N° 072/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
<i>Dispõe sobre a aprovação dos Calendários Acadêmicos IFSULDEMINAS – Ano 2014.</i>	
6	RESOLUÇÃO N° 031/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
<i>Dispõe sobre a aprovação da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSULDEMINAS.</i>	

7	RESOLUÇÃO Nº 022/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014 <i>Dispõe sobre a aprovação das Normas de revalidação de Diplomas e Certificados de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia expedidos por instituições de ensino estrangeiras, pelo IFSULDEMINAS.</i>
8	RESOLUÇÃO Nº 016/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014 <i>Dispõe sobre a aprovação da alteração no Regimento Geral do IFSULDEMINAS – Coordenação Geral de Bibliotecas (COGEBI).</i>

5 - CALENDÁRIOS - REGIM ACADEM - NOVOS CURSOS - RESOL CONSUP

1	RESOLUÇÃO Nº 047/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012 <i>Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS.</i>
2	RESOLUÇÃO Nº 028/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.</i>
3	RESOLUÇÃO Nº 031/2013, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.</i>
4	RESOLUÇÃO Nº 071/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução 037/2012 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação.</i>
5	RESOLUÇÃO Nº 033/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Pós-Graduação do IFSULDEMINAS.</i>

6	RESOLUÇÃO Nº 032/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos.</i>
7	RESOLUÇÃO Nº 012/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.</i>
8	RESOLUÇÃO Nº 037/2012, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012 <i>Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.</i>
9	RESOLUÇÃO Nº 009/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014 <i>Dispõe sobre a aprovação da alteração da Resolução 057/2011 que trata da Instrução Normativa para a abertura de novos Cursos nos câmpus do IFSULDEMINAS.</i>
10	RESOLUÇÃO Nº 057/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 <i>Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa para a abertura de novos Cursos nos Campi do IFSULDEMINAS.</i>
11	RESOLUÇÃO Nº 033/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Internodo Colegiado de Cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.</i>
12	RESOLUÇÃO Nº 032/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014 <i>Dispõe sobre a aprovação das diretrizes para o Processo Seletivo Discente do IFSULDEMINAS Cursos Técnicos – Oferta Presencial.</i>

6 – LEGISLAÇÃO DOCENTE

1	 <p>Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos</p> <p><u>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</u></p>
2	<p><u>LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</u></p> <p style="color: red;">Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</p>
3	<p><u>LEI Nº 8112 / 90 – COMENTADA</u></p>
4	<p><u>DECRETO N° 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987.</u></p> <p style="color: red;">Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.</p>
5	<p><u>LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.</u></p> <p style="color: red;">! Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>
6	<p><u>LEI Nº 11.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008.</u></p> <p style="color: red;">Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores</p>
7	<p><u>LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.</u></p> <p style="color: red;">Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745</p>
8	<p><u>LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.</u></p> <p style="color: red;">Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.</p>

9	PORTARIA N° 475 DE 26.08.87 Portaria nº 475/87 (de 26 de agosto de 1987)
	<i>Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.</i>
10	<u>LEI N° 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.</u>
	<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>
11	RESOLUÇÃO N° 055/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011
	<i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Afastamento Docente para Curso Stricto Sensu e Pós-Doutorado.</i>
12	RESOLUÇÃO N° 098/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013
	<i>Dispõe sobre a Normativa Docente do IFSULDEMINAS.</i>